

ESTÍMULOS EXTERNOS E DESENVOLVIMENTO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Trabalho preparado para discussão no Grupo
Porão, organizado por Jorge Cunha Lima, 1958.
EC-BRAS-L-71 (E-186)

Uma análise superficial do desenvolvimento econômico brasileiro revelara que estamos realizando, a partir de 1930, o que se convencionou chamar de nossa “revolução nacional”. Estamos abandonando, em ritmo razoável, nossa condição de país subdesenvolvido e semicolonial, para ingressarmos no estágio de país plenamente desenvolvido, capaz de se determinar não só política, mas também cultural e economicamente.

O Brasil é ainda um país subdesenvolvido. Revela todavia, em sua estrutura social, política e econômica, modificações profundas em relação a 30 anos atrás. A história de uma comunidade qualquer não é, como muitos pretenderam, o resultado de uma evolução relativamente contínua e homogênea. Pelo contrário, o que observamos são épocas de relativa estabilidade, em que a evolução é normal, seguidas por épocas em que a história de um salto. Foi o que aconteceu em 30. O Brasil – que realizara sua emancipação política, ou, talvez exprimindo melhor a idéia, sua emancipação jurídica, em 1822— estava ainda por realizar sua emancipação total, enquanto nação mesma que deseja ser senhora de seu destino. Depois da ativa preparação dos anos 20, a revolução de 1930 e os fatos sociais e econômicos que a envolveram deram o sinal para que déssemos o salto a que nos referimos, para que iniciássemos a nossa revolução nacional.

Não nos parece oportuno agora historiar a evolução que observamos tanto antes como depois de 30. A abertura dos portos, a Independência, a extinção do tráfico de escravos— os primeiros sinais de um mercado interno e de uma força de trabalho livre, a passagem do estágio colonial para o semicolonial, o aparecimento do café, a abolição, a República, a manutenção do poder pelos senhores de terra, a guerra de 14, as primeiras revoltas contra a oligarquia agrária— todos esses são fatos cuja análise fugiria aos nossos objetivos. Pretendemos apenas fazer uma análise, no campo meramente econômico, do desenvolvimento dos últimos anos, de suas causas, e das perspectivas que se nos apresentam em face dos mesmos.

Dados da “Revolução Nacional”

Estamos falando com insistência em desenvolvimento, em revolução. Alguns dados de ordem estatística comprovarão melhor do que qualquer outra coisa este fato. É bem verdade que não podemos dispor de um grande número de dados, e muito menos de dados que se aprofundem na história econômica do país. Só a partir de meados para fins da

década de 30 temos os primeiros números relativos ao desenvolvimento econômico brasileiro. E esses números só passam a ser recolhidos de forma sistemática a partir de 1947, quando a Fundação Getúlio Vargas, fundada em 1944, passa a publicar seus índices econômicos. De qualquer forma, porém, já dispomos de dados bastante significativos. A indústria nacional, que, segundo o senso de 1920, contava com 293.673 empregados e utilizava 363,296 c.v. de força motriz, em 1950 já empregava 1.279.184 operários e utilizava 2.824.152 c.v. No período 1939-57, tomando-se índice 100 para 1939, temos em 1957 a indústria e a agricultura com índice respectivamente de 327 e 161, o que demonstra que, se a agricultura teve um bom ritmo de crescimento, o da indústria foi excelente. De acordo com os dados coligidos pelo Grupo Misto BNDE—CEPAL, o aumento da produção real brasileira, de 1939 a 1954, foi de 101%. Outro dado importante refere-se à redistribuição da população pelos setores de produção, passando dos de menor para os de maior produtividade; assim 71,7, 8,2 e 20,1% da população brasileira, 1940, estava ocupada respectivamente nos setores primários, secundários e terciários da produção; apenas 10 anos após, essas porcentagens passam para 66, 1, 12,1 e 21,8%. Mais significativos, porém, porque dizem respeito diretamente ao padrão de vida da população; são dados relativos à produção agrícola, relacionados com o aumento da população: temos que, de 1938 para 1956, se a produção de produtos agrícolas cresceu de apenas 53%, a produção de produtos agrícolas para consumo interno cresceu de 120%; supondo-se, num cálculo em que estamos exagerando, com base no crescimento da população de 1940 para 1950 de 26%, que no período 1938-56, a população brasileira tenha crescido 50%, temos (comparando 120% com 50%) um aumento do consumo de alimentos por habitante, de 32%.

Entre o declínio de 1945 a 1954, temos dados bastante positivos, sobre a expansão da capacidade produtiva brasileira e da eficiência dessa expansão, O que ela se revela, antes de mais nada, é ser variável em extremo. Assim, a taxa de poupança líquida no Brasil variou entre 8 e 13%, enquanto que o coeficiente de produtividade média do capital variava entre 0,50 e 0,57, Estes dados já revelam o bom índice de desenvolvimento do Brasil. Coordenando-se a taxa de poupança com a de produtividade, temos uma taxa de crescimento entre 4 e 7,4. E esta diversidade se acentua ainda mais se admitirmos uma taxa média de aumento anual da população de 2,4%, quando teremos uma taxa de crescimento per capita que oscila entre 1,6 e 5%, em que o indica mais alto e três vezes maior do que o mais baixo, Durante esse desconto a média do crescimento brasileiro foi de 6,2% por ano. No cálculo per capita essa taxa não excedeu 3,8%.

Todos esses dados evidenciam um crescimento bastante razoável, que não diríamos excelente apenas porque temos exemplos mais significativos, como o da China, cujo crescimento, desde 1950, vem mantendo uma média de 10% por ano. De qualquer forma, foram eles suficientes para que encetássemos nossa marcha no caminho da emancipação econômica. Continuamos, em fins dos anos sessenta, um país subdesenvolvido, mas já sem as características tipicamente semi-coloniais que nos definiam antes de 30.

Todavia, para análise das perspectivas que hoje se abrem à economia brasileira, parece-nos fundamental observar a mola que impulsionou esse desenvolvimento a partir de 30. O maior erro de toda teoria econômica, como também de toda ciência social, é observar os fatos estaticamente. Neste erro, que parece à primeira vista tão elementar, estão caindo todos os dias economistas e sociólogos os mais respeitáveis, Nesse campo, a única análise que nos pode permitir um aprofundamento na realidade é a história, é a análise em que se observa o processo econômico e social, possibilitando-nos, não só uma

visão mais clara e precisa do momento em que estamos, como, também das perspectivas que se nos abrem. É por isso mesmo queremos; embora apenas sob seu aspecto que acreditamos fundamental, regredir na história econômica do Brasil até 30. Poderemos então atingir o tema básico deste artigo,

Até a crise que assolou o capitalismo em 29/30 tínhamos todas as características de um país semicolonial, importador de produtos manufaturados e exportador de produtos primários. Éramos até então um país sem capacidade de crescimento endógeno. No tínhamos mercado interno, nossa agricultura não o atingia o mínimo de estabilidade e produtividade que permitisse um processo de acumulação interna, produzíamos para importar bens de consumo destinados à pequena classe latifundiária e comercial. O café porém, já não mais trabalhado pelo escravo, mas pelo assalariado, permitira um primeiro início de acumulação interna de capital, acumulação essa que era reaplicada na própria agricultura e em importações suntuárias. Entretanto, repentinamente, a partir da grande crise, que atingiu profundamente nossa tão instável economia cafeeira, encontramos-nos diante de dois problemas básicos: não tínhamos mais capacidade para importar e não podíamos aplicar na lavoura cafeeira o que acumuláramos nos tempos áureos do café. A válvula de escape, a solução para o impasse, foi a industrialização, que, depois de suas primeiras manifestações na guerra de 14, tem seu primeiro grande impulso em 30%. Em um paradoxo típico do sistema capitalista, passamos a nos desenvolver quando a crise era mais negra.

Estímulos Externos

E o que observamos então, a partir dessa época? Observamos que o crescimento da economia brasileira, até então muito débil e processando-se exclusivamente sob estímulos externos, passa a se processar em ritmo extraordinariamente mais rápido, ainda com base em estímulos externos, mas já encontrando na industrialização e na acumulação de capital interna uma resposta positiva a esses estímulos.

É preciso, todavia, que tenhamos bem em mente o que queremos dizer com a expressão estímulos externos. Não se trata, em hipótese alguma – e a confusão nesse campo é muito fácil e mesmo simpática para determinado tipo de estudiosos do problema brasileiro – não se trata de auxílio externo. Esta é a última coisa a que poderíamos nos referir. Já está bem caracterizada e definida a condição de proletariado externo dos países capitalistas como definidora da situação do Brasil e dos demais países que constituem a periferia do capitalismo internacional. Já não são mais segredo as técnicas e métodos empregados pelo capitalismo internacional trustificado de hoje a fim de obter sempre o máximo de vantagens para suas empresas, para seus investimentos e para seus pseudo-investimentos. Quando falamos em estímulos externos referimo-nos aos avanços e recuos, aos saldos e deficits, e às mudanças de estrutura de nosso balanço de pagamentos e mais particularmente de nosso comércio exterior, repercutindo em nossa economia.

São esses estímulos internos, muitas vezes de forma contraditória e paradoxal, que vêm dando os impulsos ao nosso processo industrial, o qual, por sua vez, vai cada vez se tornando mais apto a multiplicar o impulso inicial por ai mesmo.

A grande crise

O primeiro deles, como dissemos acima, foi o resultado da grande crise. O preço do café, que em setembro de 1929 era de 22,5 cents por libra, caiu para 8 cents em setembro de 1931. A queda é de 64%. O valor de nossas exportações que, no decênio 1921-30, fora superior a 805,8 milhões de libras-ouro caiu para 337 milhões no decênio seguinte. Essa redução espetacular do nosso poder aquisitivo em moeda internacional, que, para uma economia baseada em dados racionais, seria desastrosa, serviu de poderoso estímulo para que o Brasil desse seu grande passo inicial no sentido da industrialização. Dir-se-á que é paradoxal. Evidentemente é. Mas também se constitui em uma manifestação típica das contradições e dos absurdos a que leva o capitalismo liberal, que, desorganizado e sem objetivos definidos, às vezes desenvolve-se fabulosamente nos momentos de crise mais dramática (foi o que conosco felizmente aconteceu), e outras vezes estaciona, quando tudo indica uma fase de prosperidade. A imensa “debacle” de nossas exportações obrigou-nos, de um momento para outro, a menos que quiséssemos sofrer uma considerável baixa de nosso padrão de vida, obrigou-nos a realizar imediatamente um trabalho de substituição das importações. Por outro lado, deixando o café momentaneamente de ser o único produto que se podia produzir no Brasil em condições rendosas, abriu-se o campo para os investimentos na indústria, investimentos esses que o café permitira se acumularem nos seus bons tempos. E pura os resultados então conseguidos não é possível deixar-se para segundo plano o grande papel que representou a Revolução de 30, que levou ao governo homens ainda desorientados e tateantes, mas que representavam grupos econômicos e sociais em ascensão, que iriam cada vez mais representar um papel predominante na vida do país, em oposição às velhas classes conservadoras do café e do comércio exterior,

A 2ª. Guerra Mundial

Terminada a década de 30, um estímulo externo de natureza muito diversa vem produzir um extraordinário impacto na economia brasileira. É a II Guerra Mundial. Se um fato incontestável, plenamente aceito por economistas de todas as correntes, é o de que as economias capitalistas dominantes sofrem uma grande onda de prosperidade durante as guerras, desde que não tenham sido atingidas diretamente pela mesma, o mesmo se pode dizer das economias dos países periféricos. É certo que os motivos dessa prosperidade são outros. Na economia capitalista dominante a guerra possibilita momentaneamente o tão desejado pleno emprego; na economia periférica dos países subdesenvolvidos os motivos são diversos. Mas o resultado é o mesmo, e assim como a II Guerra Mundial serviu para tirar da estagnação e dar fabuloso impulso a economia norte-americana, serviu também para provocar novo surto industrial no Brasil.

Como a crise de 30, a guerra realizou no Brasil o que as autoridades governamentais não tinham capacidade nem condições para realizar. De início ficava dificultada, decididamente, a importação, em especial a importação de bens de consumo, O resultado foi imediato. As inversões na indústria nacional multiplicam-se. Os lucros na indústria tornam-se extremamente altos, possibilitando excelente taxa de reinvenção. Com base na perturbação que a guerra sempre provoca, a defasagem entre a alta de preços, estimulada por uma procura que a oferta não pode atender, e a alta dos salários, torna-se maior, incrementando ainda mais os lucros. Esse quadro se completa com as emissões de moeda, realizadas em grande intensidade em face da guerra, e que possibilita uma defasagem redobrada entre salários e preços, defasagem essa que só depois seria compensada, com a melhoria real do padrão de vida das classes trabalhadoras.

Alguns dados – não obstante a carência de elementos estatísticos que ainda reinava no país – são bastante significativos em relação à expansão industrial que então se verifica. Assim, cotejando-se a participação na renda nacional dos setores primários e secundários, observa-se que a participação da indústria, que era de apenas 17,9% em 1939, passa 27,5% em 1948. Mais tarde, não obstante o contínuo aumento da população industrial, essa porcentagem baixara novamente em virtude do aumento desproporcional dos preços dos produtos agrícolas (667% de 1944 a 1957), em relação ao aumento dos preços dos produtos manufaturados (364% no mesmo período). Exemplo significativo do desenvolvimento industrial brasileiro durante essa época temos nas exportações de tecidos, que, em 1943, chegam a representar 13% do total de nossas exportações.

O após Guerra

Terminada a guerra sofremos um estímulo externo de ordem negativa. Os grandes saldos comerciais que acumuláramos nos Estados Unidos durante o conflito mundial são esbanjados rapidamente em 1946, mediante uma política de exacerbado liberalismo. Sem programação nenhuma, sem controle, importamos todas as quinquilharias que é possível imaginar. De uma só cartada, perdíamos os saldos, que nos permitiriam a compra dos preciosos equipamentos para a nossa indústria, para nossa eletrificação, para a rede ferroviária, para o petróleo. Em 1947 já entrávamos em regime de atrasados comerciais em dólares. Quanto a nossos saldos comerciais em relação à Inglaterra, que então não nos podia pagar em produtos, acabaram por ser liquidados com a compra, em condições desvantajosas, de velhas estradas de ferro. O impacto das importações norte-americanas, porém, não chega a prejudicar de modo decisivo nosso processo industrial. E isto porque, ainda em tempo, a Lei 262, de 23 de fevereiro de 1948, institui a licença prévia para as importações e procura controlar (ainda de modo muito imperfeito) as remessas de rendas e capitais para o exterior.

Entramos, então, em uma nova fase do nosso desenvolvimento econômico, em que o governo, que já então punha em prática o plano SALTE, tenta tomar as rédeas de nossa economia e organizá-la no sentido da industrialização. Os instrumentos do que faz uso, porém, ainda são muito limitados. Reduzem-se a um controle falho e pouco objetivo em relação ao comércio exterior. De qualquer forma, porém, já era um início, e continuamos nosso trabalho de substituição de importações de produtos manufaturados. Nossa dependência de bens manufaturados do exterior, que era de 27% em 1939, desce verticalmente para 12,2% em 1949. A esse estímulo externo do controle das importações acrescenta-se a melhoria dos termos de troca de nosso comércio exterior, com a elevação dos preços do café em 1950. É um novo estímulo, que, como o anterior, encontrará na industrialização brasileira, uma resposta imediata, como fator multiplicador de nosso desenvolvimento. Verifica-se, então, com o controle das importações e a melhoria internacional dos termos de troca, o grande momento do desenvolvimento econômico brasileiro. Nossa renda nacional e nossa produção industrial por habitante atingem seu índice mais elevado no período 1949-54, respectivamente 4,7 e 5,5%.

Um grande problema, todavia, continua a onerar nossa balança de pagamentos de forma inclemente. Embora consigamos em todos os anos, de 1947 a 1956, com única exceção de 1952, saldos em nossa balança comercial, esses saldos, somados aos investimentos particulares estrangeiros, são suficientes para compensar a evasão de divisas com fretes, seguros e remessas de lucros, “royalties”, juros e dividendos, levando nossas contas com o exterior a apresentar um déficit total de 709 milhões de dólares nesses 10

anos. Assim, o tão propalado auxílio externo vem a se constituir em um processo de descapitalização do Brasil, Prova expressiva do que afirmamos está no fato de que, nesse mesmo período, enquanto as inversões particulares estrangeiras no Brasil totalizavam 848 milhões de dólares, as remessas atingiam 1,1 bilhão. A famigerada instrução 113, que vem estabelecer condições discriminatórias para o capital brasileiro em relação ao estrangeiro, a título de compensação permite a paralisação momentânea desse processo de descapitalização, já que as inversões passam a ser maiores que as remessas.

A nova crise

Todavia, a partir de 1955-56, um fator volta a ameaçar a economia brasileira, produzindo-se um novo estímulo externo, agora de caráter. Esta estava em vias de completar a instalação de indústria de base, e atirava-se para a indústria pesada, ao mesmo tempo que o governo dava os primeiros passos no sentido do resolver dois pontos de estrangulamento básicos de nossa economia; o do transporte e o da energia, quando a ameaça, tantas vezes adiada, da super produção cafeeira, começa enfim a se manifestar, com a queda drástica dos preços. O café que obtivera a cotação de 87 cents em 1954, chega abaixo do 50 cents em 1953, havendo perspectivas mais sombrias ainda caso o governo se deixe vencer em sua batalha pela sustentação de preços,

A crise cambial vem assim se constituir no ponto de estrangulamento básico de nossa economia. Um país subdesenvolvido, em regra, luta sempre com problemas cambiais. O Brasil não foge a regra. Pelo contrário, encontra-se agora afundado no problema, em virtude de fatores diversos: a crise do café, a pressão dos “invisíveis” no nosso balanço de pagamentos, o maior crescimento de nossa renda nacional em relação à nossa capacidade para exportar, a irredutibilidade de nossas importações, hoje constituídas quase que exclusivamente de equipamentos, matérias-primas e gêneros alimentícios essenciais.

No presente artigo, todavia, não é nosso objetivo tratar especificamente da crise cambial e muito menos do programa geral de desenvolvimento econômico do Brasil. Ambos os problemas nos interessam neste momento apenas enquanto dizem respeito aos estímulos externos, de ordem positiva e negativa, que vêm atuando sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, e de cuja análise queremos tirar algumas conclusões concretas.

Assim, nada indica que a presente crise cambial possa se constituir em um estímulo positivo ao nosso processo de desenvolvimento econômico, como aconteceu em 30, As circunstâncias agora são muito diversas. Naquela ocasião, apenas uma catástrofe, como a que realmente significava a redução de nossa receita cambial em mais de 50%, teria o poder de nos colocar no caminho do desenvolvimento e da industrialização. A mentalidade colonial que então dominava o Brasil não permitia que tomássemos, por nossa própria iniciativa, as medidas necessárias de planejamento global de economia brasileira, ou mesmo medidas isoladas nesse sentido. Hoje, pelo contrário, a direção de nossa política econômica já começa a partir de dentro do Brasil e não de fora. Não só já temos capacidade de crescimento endógeno, com nossos próprios recursos, como também já podemos dirigir nós mesmos esse desenvolvimento. O aumento de nossa renda real per capita (de 4,4 mil cruzeiros em 1939, para 7,3 mil cruzeiros em 1954, a preços constantes de 1952), o aumento de nosso mercado interno, a redução da importância do comércio exterior na formação de nossa renda nacional, enfim todos aqueles elementos dinâmicos que influíram na economia nacional nos últimos 30 anos significaram não uma

modificação quantitativa, mas também qualitativa em nossa estrutura econômico-social. Deixamos o estágio meramente semi-colonial para começarmos, nós mesmos, a promover nosso desenvolvimento e nossa emancipação nacional. Já conseguimos, portanto, um razoável controle e planejamento de nossa economia. O Plano de Notas, a Petrobrás, a Lei de Tarifas, entre outras realizações, estão aí para comprovar o que afirmamos. Portanto, uma redução drástica de nossa receita cambial, teria gravíssimas conseqüências para o desenvolvimento brasileiro. Todo o programa do atual governo estaria ameaçado.

Duas Conclusões

Cabe agora tirarmos, entre muitas outras, duas conclusões básicas de rápida análise que fizemos dos estímulos externos, negativos e positivos, que atuaram sobre a economia nacional nos últimos 30 anos. Pudemos observar, nesta análise, a estreita relação de dependência entre o comércio exterior brasileiro e o processo de desenvolvimento do país, dependência essa que, embora tenda a diminuir cada vez mais (a taxa de dependência entre nossa renda nacional e nossas importações, que era de 22% no período 1925-29, passa para 12,7 no período 1949-54), ainda um dos fatores primordiais da economia brasileira. É preciso agora concluir.

Controle do comércio externo

E a primeira conclusão diz respeito à necessidade de controlarmos melhor nosso comércio com o exterior. As relações comerciais externas de um país como o Brasil constituem problema eminentemente público, tal a sua importância para a nação. Não é possível, pois, que as deixemos a mercê do acaso, ou melhor que essa expressão “acaso” é mero eufemismo na presente questão, à mercê do capitalismo internacional trustificado, que controla com mãos de ferro o comércio internacional. O Brasil, internamente um país ainda basicamente semicolonial, embora em fase de transição para o pleno desenvolvimento, trata, no plano externo com nações capitalistas de economia trustificada. É obrigado, portanto, a agir em função dessa situação, para dominá-la, e não como mero brinquedo de interesses estranhos. Até hoje, porém, temos sido esse brinquedo, ou, como diria um economista liberal com toda pureza, temos estado sujeitos, quase inteiramente, ao livre jogo dos naturais da oferta e da procura. O controle que o governo hoje exerce sobre o sistema cambial brasileiro é ainda, sob todos os pontos de vista, um controle “provisório”, de “emergência”, que será abolido assim que atingirmos uma situação normal Pelo menos é isto o que pretende a maioria dos responsáveis por esse controle. Se caminhamos para o monopólio estatal do comércio exterior, só o fazemos a contragosto, premidos pelas circunstâncias. Como primeira conclusão, portanto, devemos abandonar esse imediatismo, esse caminhar a contragosto, para nos dirigirmos, consciente e deliberadamente, para o monopólio do comércio exterior. Só assim poderemos, de forma clara e racional, dirigir nossa política comercial externa de acordo com nossos interesses; e assim poderemos evitar as tremendas oscilações, os perniciosos altos e baixos que vem sofrendo nosso processo de desenvolvimento; só assim poderemos controlar os estímulos externos, ora positivos ora negativos, e os transformarmos em um fator razoavelmente uniforme de desenvolvimento nacional.

Observamos acima como os estímulos externos atuam de maneira contraditória sobre a economia brasileira nesta sua fase de desenvolvimento. É bem conhecida a estrutura de nosso comércio externo, caracterizada pela inelasticidade da procura (há um consumo-teto

de café no mundo, que só muito lentamente se desenvolve), em contraposição à extrema elasticidade da oferta., portanto, dos preços de nossos produtos primários de exportação. Tudo, portanto, leva a concluir pela necessidade de iniciarmos o caminho da socialização brasileira através do monopólio do comércio exterior. Deixaríamos assim de lado a nossa velha política tapa-buracos para promovermos a racionalização do nosso comércio externo.

Importação de Bens de Produção

Aliás, é também dentro dessa perspectiva que chegamos a nossa segunda conclusão, esta já de aplicação mais imediata. Se nosso objetivo é controlar, de acordo com nossos interesses, os estímulos externos, e se o monopólio estatal é a única forma segura e científica de atingirmos plenamente esse objetivo, nada impede que, enquanto o mesmo não é posto em prática, adotemos medidas parciais de controle. É o que temos feito, especialmente a partir de 1948 relativamente às importações, e a partir da presente crise de superprodução cafeeira em relação a nossas exportações.

Dentro dessa perspectiva, então, e sempre tendo em vista o controle dos estímulos externos, poderíamos chegar a inúmeras conclusões. O problema do câmbio livre, o incremento das exportações de forma orientada pelo governo, a regulamentação e restrição das remessas de divisas para o exterior pelas empresas privadas estrangeiras — todas essas questões poderiam ser objeto de nossa análise no presente momento. Preferimos, porém, nos atermos apenas a uma questão. Referimo-nos à importação de bens de produção, de equipamentos para nosso sistema econômico. As medidas parciais do controle, no campo das importações, que a Lei de Licença Prévia, a instrução 70, e a recente Lei de Tarifas, entre muitas outras medidas, procuraram regular, vem adotando uma solução para esse problema que já começa a não mais atender às necessidades de nosso desenvolvimento. Estamos agora atingindo a fase em que devemos antepor barreiras, de ordem alfandegária e cambial, à entrada de equipamentos no Brasil. Esta afirmação poderá parecer a muitos absurda ou, pelo menos, contrária a toda a política de importações que temos seguido até agora. E neste último sentido de fato é. Trata-se de dar uma guinada de 180 graus em nossa orientação nesse campo. Isto não significa, porém, que tenhamos anteriormente praticado uma política errada. Medidas dessa natureza são certas ou erradas não por sua própria natureza, mas em face do momento histórico em que se colocam. Até hoje vínhamos adotando uma política de proteção cambial e tarifária em nossa indústria de consumo. Adotamos essa política primeiro em relação aos bens de consumo leves, depois aos semipesados, e atualmente também aos pesados, com a implantação da indústria automobilística no Brasil. Partíamos, então, do princípio de que era preciso conceder um dólar alto para a importação dos bens de consumo, o que criaria condições para a implantação da indústria desses bens no Brasil e, ao mesmo tempo, permitiria a importação a dólar baixo dos equipamentos destinados à construção dessas indústrias. Até recentemente estávamos certos: nos países subdesenvolvidos é mais lógico que antes tenhamos a indústria de bens de consumo e depois a indústria de bens de produção, quando já há mercado interno para ela. Hoje, porém, o que observamos em relação à nossa indústria de consumo é o fato de ela já estar praticamente instalada. Alguns setores, como a indústria de alimentação, a indústria têxtil, a indústria de vestuário, a indústria de couro, há muitos anos vem crescendo quase que exclusivamente para atender às necessidades do aumento do consumo interno, outros, como a de material elétrico, automóveis, produtos de metal, pelo contrário, cresceram em ritmo muito mais rápido, mas tudo indica que, terminada como terminará dentro em breve sua função de substituição de importação,

passarão também a crescer de acordo com as necessidades do consumo interno e, mais tarde, da exportação. A indústria de bens de produção, porém, é ainda campo aberto e desprotegido no Brasil. Cresceu violentamente nos últimos 20 anos. Disto temos alguns dados significativos. Enquanto que as indústrias de bens de consumo, em 1939, eram responsáveis por 80% da produção industrial brasileira, ficando apenas 20% para as indústrias de bens de produção, em 1956 essas porcentagens já eram respectivamente, 33 e 67%. Esse crescimento, porém, tem sido feito desordenadamente, sem o apoio governamental direto.

Uma das teses genericamente aceita é a de que aos equipamentos industriais deve caber um dólar baixo. O chamado “câmbio de custo” e a Instrução 113 são, cada um sob um aspecto, exemplos representativos desse pensamento. Entretanto, tudo está a indicar que já temos as condições básicas necessárias para a instalação definitiva da indústria de equipamentos. Isto, porém, só será possível se começarmos também por antepor, progressiva e metodicamente, barreiras à importação desses equipamentos. Só assim o capitalismo nacional pode-se interessar por esse tipo de investimento de forma decisiva. Estaremos, desta forma, aplicando mais uma vez, e, então, mais consciente, o método de dirigir o estímulo externo de maneira que o mesmo, repercutindo no capitalismo industrial interno, se multiplica.

Esperança no paradoxo...

Entretanto, não devemos nos iludir. Por mais que falamos em método, racionalização, atuação consciente, planejamento, definição de objetivos, nada disso muda um fato essencial. O homem, embora tenda a dominar e dirigir a sua história, é hoje ainda, em grande parte, um joguete dessa mesma história. Assim, o monopólio estatal do comércio exterior e o controle racional dos estímulos externos sobre nossa economia são objetivos que provavelmente não serão atingidos a curto prazo com facilidade. Há muitos interesses em jogo. Há muito caminho por percorrer, há todo um processo dialético a se desenvolver. E é por isso que – embora o tenhamos negado inicialmente, com base em uma análise coerente dos fatos — a crise cambial que hoje nos avassala talvez ainda venha a ter efeitos benéficos a longo prazo... É um paradoxo, é um absurdo mesmo, mês a história do capitalismo tem nos ensinado esses contra-sensos, frutos de suas inelutáveis contradições internas.